UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ CURSO DE INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: LICENCIATURA

KEORLLY CABRAL KEGLER

RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA:

ELEMENTOS E POSSIBILIDADES DE INFLUÊNCIAS POSITIVAS NA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SUJEITO.

KEORLLY CABRAL KEGLER

RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA:

ELEMENTOS E POSSIBILIDADES DE INFLUÊNCIAS POSITIVAS NA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SUJEITO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias: Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Gonçalves da Costa

LARANJEIRAS DO SUL - PR 2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Kegler, Keorlly Cabral
 RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA:: ELEMENTOS E
POSSIBILIDADES DE INFLUÊNCIAS POSITIVAS NA FORMAÇÃO
ESCOLAR DO SUJEITO. / Keorlly Cabral Kegler. -- 2021.
58 f.

Orientador: Doutor Joaquim Gonçalves da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias,
Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA: ELEMENTOS E
POSSIBILIDADES DE INFLUÊNCIAS POSITIVAS NA FORMAÇÃO
ESCOLAR DO SUJEITO.. I. Costa, Joaquim Gonçalves da,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Titulo.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KEORLLY CABRAL KEGLER

RELAÇÃO FAMILIA - ESCOLA: ELEMENTOS E POSSIBILIDADES DE INFLUÊNCIAS POSITIVAS NA FORMAÇÃO ESCOLAR DO SUJEITO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso interdisciplinar em educação do campo ciências naturais matemática e agrárias da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do título de Licanciado em Interdisciplinar em Educação do Campo — Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 15/10/2021.

BANCA EXAMINADORA¹

Prof. Dr Joaquim Gonçaives da Costa – UFFS Orientador

Prof. Drª Ana Cristina Hammel – UFFS Avaliadora

Prof. Dr Fernanda Marcon - UFFS Avaliadora

¹ Em função da pandemia pelo coronavirus (Covid-19) e as medidas de afastamento tomadas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a presente ficha de aprovação foi assinada pelo presidente da banca representando os demais membros, conforme orienta o Ofício Curricular N°7 e 8/2020- PROGRAD.

Dedico este trabalho a minha família, a Deus, a todos aqueles que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e aqueles que de alguma forma colaboraram para a conclusão desse projeto.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento do presente trabalho conta com uma ampla colaboração de pessoas que participaram de forma direta ou indireta, contribuindo para a realização do trabalho.

Gostaria de agradecer aos professores que fizeram parte de toda minha trajetória acadêmica, por todo ensinamento, apoio e colaboração para minha evolução.

Ao meu Orientador Professor e Doutor Joaquim Gonçalves da Costa, o meu enorme muito obrigado pela sua amizade, orientação, apoio, conselhos e disponibilidade para acompanhar e dar a sua enorme colaboração para a realização do trabalho.

A toda a minha família sem exceção por todo apoio, encorajamento, incentivo, amor e compreensão necessários em toda a minha trajetória até aqui.

Aos meus colegas e amigos que sempre estiverem ao meu lado, por todo incentivo, companheirismo, conselhos e trocas de saberes.

Por fim aqueles não citados, mas que de alguma forma deram suas contribuições.

A todos a minha gratidão.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 2003, p. 47)

RESUMO

A relação entre a família e a escola é um tema que tem despertado grande interesse tento em vista que uma relação eficaz entre a família e a escola traz resultados positivos ao processo de ensino-aprendizagem. A opção em discutir o presente tema origina-se de acompanhamento frequente no âmbito escolar, onde percebeu-se em vários diálogos, que a relação entre a família e escola é uma questão que merece atenção por parte dos/as professores/as, equipe diretiva e pedagógica. A partir deste aspecto, verifica-se a necessidade desses elos estarem próximos, trabalhando em cooperação para alcançar resultados positivos no processo educacional das gerações futuras. O presente trabalho consiste em um resgate teórico, com o intuito de estabelecer especificamente qual o papel da Família e da Escola, analisando a importância de ambas e indagando como ambas as instituições de desenvolvimento humano e de ensino podem trabalhar juntas, buscando o mesmo objetivo, dividindo as responsabilidades e alcançando o objetivo principal que é melhorar cada vez mais os processos de ensino-aprendizagem. O trabalho se caracteriza em uma pesquisa bibliográfica tendo como base vários autores que abordam o tema, defendendo e criticando a relação entre a família e a escola. Desse modo, a presente pesquisa apresenta uma análise geral sobre o tema, destacando a importância de cada uma das instituições educativas com o objetivo de demostrar, além da importância da relação entre família e escola, também alguns elementos que indiquem potencialidades nos processos de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Relação família-escola. Participação da família na escola. Educação.

ABSTRACT

The relationship between family and school is a topic that has aroused great interest, considering that an effective relationship between family and school brings positive results to the teaching-learning process. The option to discuss this topic stems from frequent monitoring in the school environment, where it was perceived in several dialogues that the relationship between family and school is an issue that deserves attention from educators, management and pedagogical team. From this aspect, there is a need for these links to be close, working in cooperation to achieve positive results in the educational process of future generations. The present work consists of a theoretical rescue, in order to specifically establish the role of the Family and the School, analyzing the importance of both and asking how both institutions of human development and education can work together, seeking the same objective, dividing the responsibilities and reaching the main objective which is to improve the teachinglearning processes more and more. The work consists of a bibliographical research based on several authors who approach the theme, defending and criticizing the relationship between family and school. Thus, this research presents a general analysis on the subject, highlighting the importance of each of the educational institutions in order to demonstrate, in addition to the importance of the relationship between family and school, also some elements that indicate potential in the teaching processes- learning.

Keywords: Family-school relationship. Family participation in school. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP – Projeto Político Pedagógico

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários

PNE - Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	CONFORMAÇÃO FAMILIAR, MUNDO DO TRABALHO E A RELAÇÃ	O
	COM A EDUCAÇÃO FORMAL	17
3.	EDUCAÇÃO ESCOLAR: FUNÇÃO SOCIAL E SUA	۱S
	CONFIGURAÇÕES	28
4.	EQUIPE DIRETIVA DA ESCOLA: FUNÇÃO E PERTINÊNCIA N	1A
	CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS DE INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA	E
	FAMÍLIA	35
5.	PROFESSORES/AS: FUNÇÃO E PAPEL NAS MEDIAÇÕES D	ÞΕ
	INTERAÇÃO PEDAGÓGICA	39
6.	RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: UMA ALIANÇA ESSENCIAL4	44
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
8.	REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO.

A Participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos/as filhos/as é essencial e indispensável. Cuidar e dar o apoio necessário a um filho/a é uma responsabilidade exigente, porém, fundamental no direcionamento do processo de formação humana. Atualmente muitos dos pais e/ou responsáveis trabalham em período integral e têm preocupações pessoais, e acabam tendo dificuldades em ter uma participação ativa na vida dos/as filhos/as, principalmente no âmbito escolar. Com essa dificuldade dos pais e/ou responsáveis em dar atenção aos filhos/as ocorre um afastamento entre os mesmos. É ideal que os pais e/ou responsáveis tenham uma participação na vida escolar dos/as filhos/as de forma a dar todo apoio necessário para o desenvolvimento escolar. A escola se trata de um local onde os pais e/ou responsáveis confiam a educação de seus filhos/as. A escola e a família têm o objetivo de preparar o sujeito para o mundo, porém, tanto a família quanto a escola possuem as suas particularidades. Nos dias de hoje com a constante evolução da sociedade a escola tem como dever promover políticas e ações estratégicas que tenham o intuito de aproximar os pais e/ou responsáveis da vida escolar. Tendo isso em vista, buscase com esta pesquisa compreender de maneira mais rigorosa a relação da família com a escola e como a família interage com o âmbito escolar.

O presente trabalho é resultado de uma indagação pelo tema após a realização de estágios e projetos vinculados ao Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias - Licenciatura. A participação ativa e frequente no âmbito escolar durante toda a trajetória formativa do/no curso de graduação, me inseriu diretamente na vivência escolar, e diante dessas vivências, observações, discussões, participação de diálogos, reuniões e eventos, sempre se tinha em pauta a aproximação da família com a escola. Assim, durante todo esse tempo de atuação no âmbito escolar, percebeuse que se faz necessário a discussão do tema, buscando compreender essa relação, e quais consequências positivas essa relação entre a família e a escola pode trazer para o processo educacional como um todo. A partir dessa atuação na escola e correspondendo ao prescrito nas diretrizes das atividades acadêmicas do curso, que no ambiente escolar foi necessário desenvolver, se tornou presente um inquieto e permanente questionamento sobre a necessária e importante relação Família e

Escola e o que essa relação mais estreita pode trazer de benefícios para a educação de maneira geral e para a aprendizagem dos/as educandos/as de maneira mais específica.

Para desenvolvimento desta pesquisa, inicialmente tinha-se uma intencionalidade de fazer uma pesquisa quanti-qualitativa a campo – fazendo um estudo em uma escola estadual pública no município de Laranjeiras do Sul –, fazendo observações e coletando dados sobre o problema. Contudo, devido o início do período de pandemia pelo Coronavírus (Covid-19), no início do ano de 2020, alterou-se o projeto de pesquisa, naquele período em elaboração. Desse modo e por essa razão, é que se vislumbrou o desenvolvimento do trabalho bibliográfico com centralidade nos suportes teóricos sobre o tema/problema.

Busca-se com esta pesquisa compreender a relação da família com a escola dando centralidade no polo da família e como esta interage com o âmbito escolar, e qual a importância da família na vida escolar e desenvolvimento dos/as educandos/as. Teve como horizonte alcançar os seguintes objetivos: 1) compreender a influência e a contribuição da família para a aprendizagem dos/as educandos/as e que elementos, e possibilidades de influências positivas ficam evidentes nessa relação e ainda perceber a importância da participação da família na vida escolar. 2) perceber como se dá a participação da família nas atividades escolares de planejamento e na vida escolar e orientação dos/as educandos/as. 3) identificar se há, e conhecer as estratégias metodológicas utilizadas pela escola que têm o objetivo de aproximar as famílias do seu cotidiano e no acompanhamento escolar dos/as filhos/as.

Partindo desses pressupostos inscritos nos objetivos, busca assimilar e discutir como ocorre a parceria entre a família e a escola, e diante disso, conhecer as divisões de responsabilidades com enfoque na educação dos sujeitos, especificando os encargos e responsabilidades de cada uma, e quais são os processos que incidem diretamente em positividade para a melhoria da relação ensino-aprendizagem fundamentalmente no que diz respeito ao educando e à educanda.

Dado a realidade social constituída sob os imperativos das relações do capital, que incidem nas diversas dimensões da vida humana e social, a pesquisa revela que em linhas gerais, a possibilidade dessa relação – positiva – entre família-escola, encontra diversas linhas limítrofes e múltiplas determinantes que caracterizam a ação social dos sujeitos envolvidos em cada um dos polos e, dificultam objetivamente a realização dessa intencionalidade de aproximação entre as instituições educativas.

Registra-se, portanto, que os sujeitos sociais da pesquisa estão inseridos na sociedade capitalista, em sua maioria proletários que vendem sua mão de obra (força de trabalho) em troca de uma remuneração (de salário), e estão inseridos no mercado de trabalho, por vezes, em tempo integral¹. Como sabemos é essa remuneração oriunda da venda de mão de obra que garante o sustento da família e as possibilidades de reprodução da existência. De posse desse entendimento e de apreensão dessa realidade, verifica-se que as relações de trabalho e o tempo disponível a essas relações, se tornam prioritários/as no cotidiano dos sujeitos sociais e das famílias.

Ainda com enfoque nos sujeitos inseridos no sistema capitalista e com a sua grande maioria sendo proletários, o presente trabalho ainda tem foco nas escolas públicas, que são responsáveis em acolher e atender os filhos e filhas da classe trabalhadora, ofertando ensino gratuito. Deste modo, como nos alerta Arroyo (2004, p. 138) "[...] se nossas lições não estiverem dirigidas a sujeitos históricos, totais, corpóreos, em contextos concretos, elas se perderão no vazio".

De posse desses pressupostos, vemos que, embora advogada como pertinente, a relação família-escola encontra limites objetivos, tanto no que diz respeito ao tempo, quanto ao espaço, somado aos limites entre os sujeitos sociais envolvidos. Há limites objetivos (econômicos, sociais, pedagógicos), portanto, nesse elo relacional família-escola, ou seja, dessa relação advogada².

O desenvolvimento da pesquisa se deu com uma proposta de investigação, com objetivo de discutir a parceria da família e da escola. Com isso, inscreve-se, portanto, como pesquisa bibliográfica, tendo em vista que, buscando compreender os

¹ De acordo com Marx e Engels (1979, p. 37) "Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se realmente dos homens ativos e, a partir daí, de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida".

² Dado às condições materiais e sociais, sabemos que o público que tem relação com a Escola Pública, seja como beneficiário, seja como trabalhador, sofrem diversas imposições objetivas que podem dificultar a realização dos valores intencionados e proclamados ao defender a pertinência dessa relação família-escola. No caso dos pais ou responsáveis, para citar apenas alguns, vemos limites de tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos e filhas, devido ao trabalho, além de também ter, por vezes, dificuldades e limites no próprio conhecimento para poder orientar e ajudar os filhos e filhas na vida escolar, entre outros aspectos. No caso dos profissionais da educação que atuam em escolas públicas, estes encontram limites pois não há, na maioria das escolas, condições de trabalho adequadas, além de, em linhas gerais, terem carga horária elevada e atuarem em diversos lugares e diversas instituições. Neste último polo, encontra-se uma impossibilidade de atuar de maneira mais específica e individualizada nos processos pedagógicos que envolvem os alunos e alunas para além da sala de aula. Destacase estes elementos para demarcar que a intencionalidade desta pesquisa não é tratar a temática de maneira idealista e irreal.

referenciais teórico-metodológicos acerca do tema, aponta algumas possibilidades positivas e relevantes nessa relação. Para corresponder esta intencionalidade de estudo do tema, o presente trabalho, em sua forma expositiva, está organizado a partir dos seguintes pilares: a) Conformação familiar, mundo do trabalho e a relação com a educação formal; b) Educação Escolar: função social e suas configurações; c) Equipe Diretiva da Escola: função e pertinência na constituição de processos de interação entre Escola e Família; d) Professores/as: função e papel nas mediações de interação pedagógica; e) Relação Família e Escola: uma aliança essencial.

Correspondendo às questões de exposição formal do trabalho, consideramos a introdução e a conclusão como capítulos. Desse modo, a conformação do desenvolvimento do trabalho estrutura-se conforme a sequência.

No segundo capítulo Conformação familiar, mundo do trabalho e a relação com a educação formal temos por objetivo deixar explícito as funções e responsabilidades da família diante da lei e ainda ressalta a dificuldade da família em se fazer pressente no ambiente escolar, pois atualmente os responsáveis precisam trabalhar em tempo integral. O presente capítulo ainda salienta as implicações que a falta da presença da família no ambiente escolar pode acarretar.

No terceiro capítulo, Educação escolar: função social e suas configurações, teve como foco central conceituar a instituição escolar como instituição de aprendizagem que tem o intuito de ensinar e colaborar no processo de formação dos indivíduos, e relata leis que garantem a educação gratuita e de qualidade para todos os indivíduos, ainda é relatado o trajeto percorrido para o surgimento da escola, em destaque as escolas públicas, e as dificuldades encontradas e as adaptações sofridas com o passar do tempo. Pontua a função social da escola em seu papel relevante de socializar saberes e garantir a oportunidade de apreensão destes conhecimentos a todos/as. Por fim, pontua a importância da relação participativa entre a família e a escola.

Ao considerar esses elementos anteriores, um elemento fundamental a ser compreendido é o papel, da equipe diretiva da escola. No quarto capítulo Equipe diretiva da escola: função e pertinência na constituição de processos de interação entre escola e família compreende como é composta a equipe de direção da escola, formas de escolha, quais funções da equipe de direção dentro da escola, e ainda destaca de que forma a equipe pode intervir para buscar a aproximação da comunidade nas atividades escolares em suas diferentes dimensões de escala, como

atividades mais gerais e atividades mais direcionadas para questões específicas que convergem nos processos de ensino aprendizagem. Ainda é compreendido neste capítulo, as formas estratégicas que a equipe diretiva pode usar para aproximar os pais e/ou responsáveis do processo de aprendizagem.

No quinto capítulo professores/as: função e papel nas mediações de interação pedagógica, busca-se, além de relatar as funções do/a professor/a conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), destacar a importância e o papel do/a professor/a no processo de ensino e aprendizagem, ressalta ainda a relevância da figura do/a professor/a na relação entre a família e a escola, e a importância da relação saudável entre o/a educando/a e o/a professor/a. Além disso, aponta algumas possibilidades que a ação do/a professor/a, poderá ser estratégica no processo de aproximação Escola-Família, sobretudo, através de mediações pedagógicas e instrumentos pedagógicos, que podem influenciar na relação ensino-aprendizagemensino.

No sexto capítulo o tema relação família e escola: uma aliança essencial a presente discussão visa esclarecer que a família e a escola têm o papel de educar, cada uma com suas particularidades, porém, com os mesmos objetivos. Este capítulo destaca a importância da aliança entre a família e a escola e como ambas podem trabalhar juntas para alcançar resultados positivos, e ainda destaca algumas formas estratégicas e elementos de mediação práticas que buscam ou podem fortalecer essa cumplicidade e interação intencional entre a escola e a família.

A partir deste escopo de pesquisa e dos resultados adquiridos – devidamente demarcados e em sua forma de exposição –, verifica-se que o presente trabalho alcançou pertinente relevância acadêmica e político-pedagógica no campo educacional.

Na dimensão acadêmica considera que o tema é de extrema importância, visto que o presente trabalho, por se tratar de uma pesquisa que discute no plano teórico a relação escola-família, indica limites e possibilidades, contribuindo de maneira significativa acerca do tema. Neste sentido, vemos que o presente o estudo poderá ser utilizado por professores/as nos cursos de formação de professores/as, ou pelos acadêmicos/as do curso de pedagogia e outros cursos de licenciatura. Levando em conta que o tema é essencial na formação dos futuros docentes, este estudo pode ser colaborativo nesses processos de formação e seu objeto de estudo, ser olhado com maior atenção na academia.

Na dimensão político-pedagógica o trabalho pode contribuir com alguns elementos teórico-práticos explicitados no decorrer da análise e que poderão ser fontes e referências para as instituições escolares. Nesta dimensão, o presente trabalho, traz algumas indicações que poderão ajudar na conformação de uma relação mais estreita e exitosa entre família e escola.

2. CONFORMAÇÃO FAMILIAR, MUNDO DO TRABALHO E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FORMAL.

A Constituição Federal de 1988 se refere à família no artigo 226 e traz uma pauta exemplificativa. A Constituição Federal de 1988 trata a família como qualquer entidade formada por pais e/ou responsáveis e descendentes. Analisando toda pauta do artigo 226 da constituição podemos concluir que a família é o núcleo onde o ser humano irá desenvolver suas habilidades e princípios (BRASIL, 1988). Constituir uma família atualmente é um direito humano garantido no artigo 16° da Declaração Universal dos Direitos Humanos (BRASIL, 1990).

Ao procurarmos pelo significado de família logo encontramos a definição que família se trata de um conjunto de pessoas que são unidas por laços de sangue, parentesco ou por meio de aliança/casamento. Atualmente o conceito de família está sendo definido de acordo com a sociedade e o momento vivenciados pela mesma, assim, família pode ser um grupo de indivíduos que se considerem com grau de parentesco.

Estudo crítico sobre a concepção de família hegemônica na sociedade do capital é desenvolvida por Friedrich Engels em 1891 em sua obra "A origem da família, da propriedade privada e do Estado". Evidencia os fundamentos da gênese da família monogâmica e do patriarcalismo como condições necessárias para a sociedade de classes e ao desenvolvimento das forças produtivas. De acordo com Engels (2012, p. 86-87):

Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. [...]. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade.

É este último aspecto que lança luz à nossa análise, haja visto que as contradições sociais na atualidade, têm, em linhas gerais, esfaceladas as estruturas familiares ao modo que projeta o processo de tradição.

Partindo da compressão do ser humano como um processo inacabado e que está em constante construção de si mesmo, através de interações sociais, culturais e familiares, começamos a entender o processo de aprendizagem partindo da relação familiar, pois a família é o primeiro ambiente de socialização que a criança e/ou adolescente tem contato. Tendo em vista que a criança e/ou adolescente é inserida na sociedade através da família e segue a influência da mesma, a criança e/ou adolescente se apropria da cultura que a cerca englobando valores morais, crenças/religião e ideias que irão lhe influenciar nos comportamentos ético-morais e sociais no decorrer da vida.

As transformações sociais alteram o comportamento familiar que também irá influenciar as futuras gerações. Essas transformações ocorrem em diferentes ambientes e espaços. Destaca-se a escola como um dos principais ambientes influenciados e influenciadores desse processo. De igual forma, a família absorve essa influência externa, bem como se constitui como um espaço de aprendizagem, e é nesse contexto que o indivíduo vai constituindo e moldando a sua personalidade.

A sociedade passa por algumas transformações que acabam afetando as dinâmicas sociais e a instituição familiar. A mulher passa a ser inserida no mercado de trabalho, deixa de ser a única responsável pelo lar e pelos filhos/as e o pai deixa de ser o único responsável pelo sustento da família. Com o homem e a mulher inclusos no mercado de trabalho, a estrutura familiar acaba sendo repensada e objetivamente influenciada, para atender as demandas domésticas, atenção e cuidado com os filhos/as, bem como a preocupação com a vida escolar desses sujeitos em processo de formação.

Segundo Nogueira (2006, p. 159):

No que tange à família ocidental, característica dos países industrializados, um rápido balanço demográfico de suas principais mutações inclui: a) diminuição do número de casamentos, em benefício de novas formas de conjugalidade (em particular, as uniões livres); b) elevações constantes da idade de casamento (e de procriação); c) diversificação dos arranjos familiares com a difusão de novos tipos de famílias (monoparentais, recompostas, monossexuais); d) limitação da prole, associada à generalização do trabalho feminino, ao avanço das técnicas de contracepção e às mudanças nas mentalidades. Se, no passado, a procriação constituía a finalidade principal (e "natural") do casamento — e altas taxas de mortalidade infantil tornavam incerta a sobrevivência de um filho —, na contemporaneidade, ter ou não ter filhos torna-se uma deliberação do casal que agora detém meios de controlar o tamanho da prole e o momento de procriação.

Esses fatores influenciaram nas transformações ocorridas na formação familiar e atualmente as estruturas familiares que possuem mãe e pai inseridos no mercado de trabalho e com atividades extras e tendo muito pouco tempo, para dedicar ao ambiente familiar e a cooperação com a escola no processo de aprendizagem. Vemos, portanto, que o tempo que família inserida no mercado de trabalho terá para se dedicar aos educandos e educandas na colaboração do fazer pedagógico e do ensino-aprendizagem é muito pouco. Normalmente se dá depois do expediente de trabalho no período da noite.

Com essa realidade, pais e/ou responsáveis encontram dificuldades na participação da vida escolar dos/as filhos/as. Assim cabe à escola – ao reconhecer esses limitantes – buscar alternativas para adaptação na vida escolar desses filhos/as, bem como construir possibilidades viáveis para que as famílias consigam, mesmo que minimamente, se envolver nas atividades escolares e ter participação e acompanhamento na vida escolar das crianças e/ou adolescente.

A educação de uma criança e/ou adolescente é tarefa de extrema importância para os pais e/ou responsáveis, pois, os/as filhos/as serão reflexos dos pais e/ou responsáveis na sociedade. Neste sentido, estes devem se esforçar ao máximo para educar seus filhos/as de forma correta. Segundo Makarenko (1981, p. 17), "Uma educação correta proporciona aos pais uma velhice feliz, enquanto uma educação deficiente será para eles uma fonte de amarguras e de lágrimas além de nos tornar culpados diante de todo o país"³.

Pode-se afirmar que o processo de educar uma criança e/ou adolescente corretamente é mais fácil que reeducar mais tarde. Se o processo de educação dos mesmos for deficiente as consequências serão drásticas e assim será necessário corrigir e reformar todo processo educativo da criança e/ou adolescente. O processo de educação correta é simples e não há pessoa que não possa realizá-lo, desde que tenha clareza dos objetivos humanos e sociais que deseja atingir, bem como qual é a

_

³ O autor Makarenko se refere como uma educação correta, um processo de educação baseado em esforços, disciplina e na vida em sociedade, aprendendo através das vivências e atividades práticas do cotidiano. Ainda para o autor ao se referir a uma educação deficiente, ele destaca que essa deficiência na educação está diretamente ligada ao condicionalmente social em que o indivíduo está inserido. Ademais, defende o autor que também a família deve ter um programa de educação para os filhos e filhas que expresse e materialize uma intencionalidade de que tipo de sujeitos quer-se formar para uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, também defende que uma educação coerente e correta, com processos pedagógicos acertados, incide em um resultado positivo, e, portanto, mais fácil e exitoso do que se tiver que corrigir posteriormente os sujeitos que tiveram uma educação com processos errôneos, sem intencionalidade e sem perspectiva de formação humanizadora.

tarefa fundamental do processo educativo para um projeto de sociedade. Já o processo de reeducação é uma tarefa mais complexa que exige esforço, paciência e tempo, e o mais importante, conhecimento que dê as condições para tal tarefa. Contudo, como sabemos, nem sempre todas as pessoas possuem essas condições teórico-metodológicas que podem angariar sucesso na realização desse objetivo fundamental. Segundo Makarenko (1981, p. 18): "Se a educação do mesmo indivíduo tivesse sido correta desde o começo, evidentemente teria aproveitado mais experiências construtivas da vida e estaria melhor dotado, mais preparado e, consequentemente, seria mais feliz". Nesta concepção a educação dos/as filhos/as deve ser um projeto familiar, combinando com a intencionalidade de um projeto de sociedade⁴. Makarenko (1981, p. 18) ainda destaca que "o processo de educação é muito penoso aos pais, pois causa, constantes amarguras, desgaste emocional, alteração no sistema nervoso e altera com frequência seu caráter". Por essa razão, é que o apelo do autor dá centralidade à pertinência da educação correta e não da correção à posterior. Ou seja, deixa claro e indica aos pais e/ou responsáveis que a educação de forma correta, é tarefa fundamental, para que mais tarde não seja preciso reformar o processo de educação.

Como a Escola, a Família é uma instituição. Deste modo, os pais e/ou responsáveis têm a tarefa de direcionar, projetar objetivos à educação da criança e/ou adolescente, facilitando a ele/a a inserção na escola e na sociedade. Porém, a vivência das crianças e/ou adolescente no ambiente familiar, torna-se um fator de grande importância na inserção escolar e na sociedade, como impulso positivo ou como elemento negativo no processo de educação formação escolar. Neste sentido, Makarenko (1981, p. 20) compreende-se:

Numa família numerosa, a criança acostuma-se desde pequena à vida coletiva, adquire a experiência da vinculação recíproca, entre os maiores e menores cria-se um clima de amizade e carinho. Em tais condições a vida proporciona a criança possibilidade de exercitar-se nas mais diferentes formas de relacionamento humano. Ela tem oportunidade de expressar vivências que são impossíveis de serem conseguidas pelo filho único: o amor pelo irmão maior e pelo menor — que são sentimentos completamente diferentes — e capacidade de repartir com os eles as coisas e o afeto. Numa família numerosa a criança acostuma-se, a todo instante inclusive nas

⁴ Sobre a contribuição de Makarenko, de acordo com Rossi (1981, p. 13) "A educação soviética para Makarenko era sempre a educação do indivíduo e do cidadão. O coletivo devia receber toda a prioridade sobre o individual. Para ele, não poderia haver educação senão na coletividade, através da vida e do trabalho coletivo. Permeia todas as conferências uma 'ética socialista', imbuída, diríamos, de um excesso de certeza. Temas como a valorização da mulher na sociedade familial, a ênfase no coletivo, a dignidade do trabalho, do esforço comum, a organização familial, a pátria socialista e que tais, estão sempre presentes, [...]."

brincadeiras a viver em um ambiente social, o que constitui um fato muito importante para educação.⁵

Verifica-se que o processo de aprendizagem e vivência social começa a ocorrer antes mesmo do acesso à escola, sendo, portanto, a família, o ambiente familiar, o primeiro ambiente é lócus de vivências. A partir daí a escola, busca meios de ensino a partir dessa realidade vivenciada pela família. Vale destacar que a escola tem a função de assumir a educação (escolar-formal) da criança e/ou do adolescente, mas a participação dos pais e/ou responsáveis nesse processo formativo é de grande importância, e para isso é preciso haver uma sintonia entre a escola e a família.

Durkheim desenvolveu várias concepções sobre a educação. Para ele a educação é "algo eminentemente social" (DURKHEIM, 2013, p. 10) onde a sociedade tem um ideal de humano e assim busca objetivar através de programas de formação. Assim a educação visa criar as condições para a existência, configurada a partir do modelo de sociedade que a guia.

O autor destaca que a educação se dá sobre os conhecimentos já produzidos, bem como, a partir da influência das gerações adultas sobre as novas gerações. Durkheim ainda ressalta que a sociedade tem grande interferência no processo de educação dos indivíduos, pois, há valores impostos pela sociedade sobre o indivíduo, o qual se torna influenciado a aprender tal valor e a praticá-lo. O autor ainda ressalta que cada civilização tem seu modelo de educação baseada em sua realidade, contexto histórico e cultural, e isso tem grande reflexo na formação do indivíduo. Nas ideias expostas pelo autor, ainda se compreende que para obter uma definição de educação, faz-se necessário considerar os processos educativos, compará-los e perceber os processos e perspectivas que mais influenciam a nova geração e o grupo social. Durkheim (2013, p. 54) afirma:

A educação consiste em uma socialização metódica das novas gerações. Em cada um de nós, existem dois seres que, embora sejam inseparáveis não deixam de ser distintos. Um ser é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou grupos diferentes dos quais fazemos parte; tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. Este

⁵ Makarenko não busca impor que a família deve ser composta por mais de um filho, o autor busca deixar explícito que crianças que tem irmãos e vivem uma vida coletiva desde pequenos, têm mais facilidade no envolvimento, relacionamento e uma melhor vinculação em sociedade.

conjunto forma o ser social. Constituir este ser em cada um de nós é o objetivo da educação.

Assim a questão social do indivíduo é determinante no processo de educação, já que é através da bagagem histórica, cultural, etc., que a educação se fortalece e ganha sentido no seu processo de socialização para cada geração. É a partir desse processo de socialização que será constituída novas situações, novos jeitos de pensar, agir e educar. Assim para o autor a educação se dá por um conjunto de influências que a natureza-social pode exercer sobre o indivíduo.

Concluindo a lapidação de concepções do autor é necessário destacar que a educação se dá em diversas formas e com influência de diversos fatores, portanto, a educação se desenvolve diante dos contextos sociais, e das bagagens culturais, valores e costumes que as gerações passam de uma para a outra no decorrer do tempo. Esses elementos e bagagens — anteriormente citadas — sofrem aprimoramentos e mudanças o que define e tipifica a identidade da concepção de educação num determinado momento histórico.

De acordo com Durkheim (1978, p. 41):

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine.

A partir daí é possível afirmar que educação ocorre em dois ambientes: no ambiente familiar e no ambiente escolar. A família tem como responsabilidade o ensino de valores morais, personalidade, caráter, espirituais e estéticos, e a escola é responsável pela educação científica. Atualmente é necessário que a escola e a família estejam em sintonia, pois, uma completa a outra, e uma depende da outra para alcançar objetivos em comum. Ressalta-se, portanto, que os pais e/ou responsáveis e familiares, como os educandos, fazem parte da sociedade capitalista, e deste modo, se faz necessário que os mesmos dediquem grande parte do tempo de suas vidas para o mundo do trabalho, tendo como primado a responsabilidade da garantia da reprodução da existência material e social. Ou seja, para além dessas questões sabese que na forma organizativa da sociedade do capital são múltiplas as pressões que as famílias trabalhadoras sofrem.

Não existe uma maneira correta de envolver os pais e/ou responsáveis, apenas procedimentos experimentados que demarcaram êxitos nesse processo. A escola pode buscar por alternativas que se adaptem as características da sua comunidade. Assim cabe a escola derrubar as linhas limítrofes e preencher as lacunas que possam existir na comunicação e na relação da família com a escola e vice-versa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), redigido em outro contexto histórico e político, onde se destaca o fim da ditadura civil-empresarial-militar no Brasil e o processo de democratização do país, expressa avanços e garantias acerca dos direitos sociais dessa faixa etária. É diante desse contexto de fundações dos sindicatos e diversas organizações que a sociedade reconhece formalmente esses direitos sociais e alguns setores públicos, sociais e organizações se unem para buscar garantir de maneira prática os direitos das crianças e dos adolescentes. Ou seja, consegue-se criar uma peça legal que incorpora os anseios e os debates políticopráticos da época. Esse documento prevê o dever da família e da escola assegurar, entre outros aspectos, os direitos em relação à educação e a convivência familiar, porém, percebemos que em nossa realidade escolar esta convivência não é tão presente, pois, a maioria dos pais e mães trabalham diariamente. É de responsabilidades dos pais e/ou responsáveis, além de efetuar a matrícula, participar do desenvolvimento escolar, os pais e/ou responsáveis carecem também, fazer o acompanhamento frequente do desenvolvimento escolar do/a educando/a. Cabe ressaltar que cabe a escola promover ações de aproximações dos pais e/ou responsáveis, garantindo que os mesmos tenham conhecimento do desenvolvimento do/a educando/a, assim mantendo vivo o diálogo, família e escola.

Quando os pais e/ou responsáveis não garantem o acesso e a permanência da criança e/ou do adolescente na escola se caracteriza como crime de abandono intelectual e os responsáveis podem responder judicialmente por ação de omissão do dever correspondente no artigo 224 do código penal e no artigo 22 do Estatuto da Criança e/ou do adolescente e também citado o artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL 1988).

Como já citado, o desenvolvimento se dá em harmonia pelos dois contextos principais em que criança e/ou adolescente cresce e se desenvolve. Ou seja, os ambientes familiar e escolar. A escola é tão fundamental para a educação quanto a

família, embora os dois tenham aspectos e processos pedagógicos e metodológicos diferentes, ambas se completam em suas funções⁶.

A relação familiar tem grande reflexo no desenvolvimento, aprendizagem e comportamento do/a educando/a. A relação entre a família e o/a educando/a é de grande importância, pois, a partir desse laço afetivo que o indivíduo terá um desenvolvimento saudável e uma boa convivência social. O apoio parental, ao nível cognitivo, emocional e social, permite à criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas (EISENBERG; et all, 1999).

Por outro lado, esses laços afetivos podem dificultar o desenvolvimento, provocando problemas de ajustamento social (BOOTH; ROSE-KRASNOR, 1998). Na mesma direção Volling e Elins (1998) mostraram que o estresse parental, a insatisfação familiar e a incongruência nas atitudes dos pais e/ou responsáveis em relação à criança e/ou adolescente geram problemas de ajustamento e dificuldades de interação social. As figuras parentais exercem grande influência na construção dos vínculos afetivos, da autoestima, autoconceito e, também, constroem modelos de relações que são transferidos para outros contextos e momentos de interação social. Pais e/ou responsáveis punitivos e repressivos colaboram para que seus filhos/as tenham dificuldade de relação familiar, e tenham insegurança e medo de se relacionar com outras pessoas desenvolvendo dificuldades sociais que irão implicar na sua vida escolar quanto na sua vida adulta.

A relação entre a família e o/a educando/a irá implicar no seu desenvolvimento escolar, pois, os/as educandos/as carregam consigo a vivência familiar seja ela boa ou ruim. Tal vivência implica em questões psicológicas e sociais do indivíduo e a escola tem de contar com uma rede de apoio, ou seja, a escola precisa estar preparada para lidar com tais situações, agindo como órgão que busca solução. Atualmente as escolas contam com profissionais especializados (psicólogos, conselheiros, professores/as com especializações para acompanhar o processo de aprendizagem dos educandos), estrutura pedagógica, que ajudam nessa relação, e buscam dar apoio para a resolução desses problemas que ocorrem no ambiente

⁶ Vale destacar que no presente trabalho não se busca defender ou tirar a responsabilidade do Estado em relação à educação formal e colocar essa responsabilidade sobre os pais/responsáveis e familiares. O presente trabalho

busca esclarecer que a família e a escola podem trabalhar em cooperação cada uma com as suas responsabilidades prioritárias, no processo de educação e de ensino e aprendizagem. Destaca-se também que não se coaduna com algumas defesas que têm sido feitas pelo atual governo federal acerca da educação em casa. Este processo defendido pelo governo é retrógrado e tem clara intencionalidade de diminuir as responsabilidades do Estado perante a educação pública, fundamentalmente, perante a educação básica.

familiar. Portanto, um bom desenvolvimento escolar conta também com grande e qualificada influência da relação familiar.

A dificuldade da relação familiar pode vir a acarretar conflitos mais elevados como: intrigas, violência, maus tratos, etc. Nesses casos a escola tem como responsabilidade intervir diretamente ou indiretamente desempenhando um papel de apoio e indicando alternativas para ajudar a resolver essas situações, por meio de estratégias adequadas e que contribuam para a melhoria, tanto das condições objetivas dessa relação no ambiente familiar, quanto nas condições e resultados subjetivos oriundos desses processos e que podem 'atrapalhar' o aproveitamento da aprendizagem escolar das crianças e/ou adolescentes nas suas diferentes dimensões.

A família precisa ter aproximação da criança e/ou adolescente, ter um companheirismo entre pais e/ou responsáveis e filhos/as, assim desenvolvendo a aproximação afetiva fundamental para um ambiente de aprendizagem de diferentes conteúdos e valores. Makarenko (1981, p. 42) admite:

Tal aproximação ativa dos pais na vida dos filhos não é tarefa difícil e normalmente traz muitas satisfações. Permite conhecer mais de perto a essência dessa vida de relação e facilita a colaboração recíproca. Além do mais — e isto é que é o mais importante — permite que os pais participem das impressões dos filhos e, nessas ocasiões, exponham-lhes sua opinião sobre os companheiros, seu comportamento, a apreciação de suas atitudes e a utilidade ou prejuízo de alguns divertimentos.

Sabe-se que a família é um agente de grande importância sendo ela intensificadora da permanência escolar ou da evasão escolar e repetência. Dentro da família há características que contribuem para isso são elas: a ausência de hábitos de estudo, a falta às aulas e os problemas de comportamento (FITZPATRICK; YOLES, 1992). A escola pode reverter tal situação, mas, para que isso ocorra ela precisa da colaboração familiar. Porém, a escola necessita conhecer minimamente as vivências familiares para assim desenvolver um melhor trabalho, tanto pedagógico como na aproximação dessa relação fundamental entre Escola e Família. Segundo Dessen e Polonia (2007, p. 27):

Apesar dos esforços, tanto da escola quanto da família, em promoverem ações de continuidade, há barreiras que geram descontinuidade e conflitos na integração entre estes dois microssistemas. Uma das dificuldades na integração família-escola é que está ainda não comporta, em seus espaços acadêmicos, sociais e de interação, os diferentes segmentos da comunidade

e, por isso, não possibilita uma distribuição equitativa das competências e o compartilhar das responsabilidades. Ainda, as formas de avaliação adotadas, bem como as estratégias para superar as dificuldades presentes no processo ensino-aprendizagem, de maneira a incluir a família, exigem que as escolas insiram essa discussão no projeto pedagógico, como forma de assegurar a sua compreensão e efetivar a participação dos pais que é ainda um ponto crítico na esfera educacional.

Além disso, o conhecimento dos valores e práticas educativas que são adotadas em casa, e que se refletem no âmbito escolar e vice-versa, são imprescindíveis para manter a continuidade das ações entre a família e a escola (Keller-Laine, 1998) que, além de diversos objetivos, conduz o/a educando/a, a uma condição melhor de aprendizagem.

A estrutura familiar é outro agente que implica na vida da criança e/ou adolescente. A organização familiar é de grande importância no processo educativo da criança e/ou adolescente, pois, uma deficiência na organização familiar pode acarretar problemas psicológicos que automaticamente irão influenciar no processo de aprendizagem e na convivência social do indivíduo. A organização familiar, e o que ocorre dentro do ambiente familiar, causa, grandes reflexos nos indivíduos. Exemplos de brigas, violência de diferentes formas, podem gerar grandes hostilidades às crianças e/ou adolescente que vivem tais situações.

O que para a família pode ser visto como algo simples e sem importância, gera grandes impactos psicológicos em pessoas mais vulneráveis como crianças e/ou adolescentes. Esses impactos e consequências, normalmente se concretizará através de comportamentos e atitudes, e consequentemente irá refletir no processo de ensino e aprendizagem e também em outros processos de socialização.

Vejo este momento como uma tensão fecunda para as escolas, a pedagogia e à docência. [...]. A infância também foi expulsa de qualquer paraíso idealizado. A nós educadores cabe apenas acompanhá-la nos percursos concretos, perversos, muitas vezes, em que vai se aprendendo e tornando humana. Acompanho esforços de aproximação que estão acontecendo nas escolas. Vejo esforços para ouvir as crianças e os jovens, para criar relações mais humanas. [...]. A visão idealizada da infância se perdeu com a perda do paraíso prometido pelo progresso. (ARROYO, 2004, p. 14).

A realidade da comunidade escolar – destacando que damos, foco à escola pública –, muitas das vezes não contam com uma estrutura familiar como aquela idealizada a partir dos valores morais. O que temos na realidade são instituições familiares ou de responsáveis bastante diversificadas que não seguem (ou não

correspondem) o padrão imposto pelo imaginário social e pela tradição, de uma família composta por pai, mãe e filho/s e/ou filha/s. Neste sentido, grande parcela (se não a maioria) dos/das educandos/as convivem com a 'desestruturação familiar', ou seja, onde muitos convivem desde o nascimento com avós ou algumas pessoas que possuam laços sanguíneos, ou responsabilidade jurídica.

Ter o conhecimento acerca da desestruturação familiar é um fator importante para processo educativo. De acordo com Arroyo (2004, p. 53):

Conhecer melhor os alunos e alunas em vez de condená-los apressadamente passou a ser uma preocupação de muitos coletivos de escola. As formas são variadas: dias de encontro, oficinas, pesquisas, visitas a suas casas, e até a seu lugar de trabalho e sobrevivência. Alguns coletivos se propõem ir levantando como representamos os alunos/as, com que imagens os vemos. Se a presença dos alunos é cada vez mais notada nas escolas, se nos obrigam a enxergá-los a questão iniludível passa a ser se os vemos e como os vemos.

Contudo, não se pode partir do pressuposto que ela pode ser a única culpada por um mau desempenho escolar por parte dos educandos e alunas. Destaca-se que não pode ser responsabilizada pelo desempenho escolar dos/as educandos/as, seja ele bom ou ruim, pois, a desestrutura familiar não está ligada a falta de figura, seja ela mãe, ou pai, mas sim na realidade cotidiana e nas atividades vivenciadas no meio familiar, como, por exemplo, práticas de violência (presenciada ou vivida), brigas e vícios, entre outros aspectos.

Lazzari (2014) assim como Moreira e Toneli (2014) afirmam que a desestrutura familiar está relacionada com comportamentos e atitudes que não garantem o cuidado, a segurança e a proteção a todos os indivíduos, evidenciando que a configuração ou modelo de família não está relacionada a situações de estrutura, ou de desestrutura, como normalmente se ouve em diversos contextos sociais, inclusive na escola. Sendo assim não importa se a família se encontra ou não organizada de acordo com o modelo tradicional — pai, mãe e filho/s e/ou filha/s —, e sim se os comportamentos do grupo familiar são adequados e eles garantem o bem-estar de todos os indivíduos.

Mesmo que a criança e/ou adolescente ou jovem esteja inserido em um ambiente familiar estruturado no modelo tradicional, pai, mãe e filho/s e/ou filha/s, esse fator não garantirá intervenção positiva no processo educativo do/a educando/a.

3. EDUCAÇÃO ESCOLAR: FUNÇÃO SOCIAL E SUAS CONFIGURAÇÕES.

Queiroz (2003, p. 101) conceitua, no sentido amplo, a escola como: "Casa ou estabelecimento onde é transmitido um ensino coletivo, geral ou especializado. Conjunto formado pelos alunos e professores [...]"

A escola é uma instituição social educativa que tem o intuito de produzir conhecimento científico. Podemos afirmar que a escola é fundamental para a atualização dos indivíduos da/na sociedade.

Como mencionado anteriormente, ao tratarmos esta temática, temos como centralidade a realidade da escola pública, e, portanto, este item de discussão e análise, terá um foco em atividades que colaborem para o desenvolvimento cognitivo com aprendizagem escolar. A instituição escolar conta com uma grande equipe para ter um desenvolvimento efetivo e para que consiga atender os/as educandos/as e todas as necessidades de uma educação de qualidade. Segundo o Artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL 1988), "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A educação escolar tem como objetivo trazer e socializar conhecimentos científicos para os/as educandos/as, assim a escola conta com um currículo pensado com intuito da efetivação da formação dos sujeitos e, por consequência da aprendizagem de conteúdos considerados importantes na formação intelectual das pessoas. A escola nem sempre existiu, mas ela surge como uma necessidade social e é pensada minuciosamente para atender a demanda necessária no contexto vivenciado desde a sua estrutura, organização dos tempos pedagógicos e curricular.

A educação escolar ocorre de forma planejada embora a educação comece no ambiente familiar, a instituição de ensino tem o objetivo e a responsabilidade de dar para os/as educandos/as conhecimentos "científicos" e que colaborem para o desenvolvimento do indivíduo. Ressalto que aprendizagem se dá em vivências no dia a dia, em cada situação está um processo de educação e aprimoramento da educação. Não há um modelo único e certo para a educação, ressaltando que a processo de educação muda a partir da conformação social, ou seja, o modelo de educação pode se diferenciar uns dos outros por se tratar de espaços, culturas,

crenças e realidades diferentes, assim a educação em escolas indígenas, quilombolas e escola do campo se dão de forma diferente do modelo que segue a escolas localizadas nos centros urbanos. A educação se dá em vários modelos, em diferentes lugares e em diferentes vivências. Vale destacar a educação do campo diante dos estudos de Molina e Sá (2012 p. 326-327).

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Tratasse, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Sendo assim, ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital. O movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto de campo e de sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora, mobilizadas no momento atual na disputa contra-hegemônica.

Assim a escola do campo se conceitua como um enraizamento do processo histórico da luta da classe trabalhadora do campo que tem o intuito de superar o sistema capitalista. Lutando para garantir aos trabalhadores/as acesso ao conhecimento, fornecendo acesso à escola e a escolarização aos sujeitos do campo. A educação do campo se baseia em práticas educacionais ligadas a realidades e vivências dos indivíduos camponeses bem como a cultura e tradições que vivem no meio do campo.

A educação escolar indígena tem o intuito de garantir aos povos indígenas dentro das aldeais uma educação escolar que trabalhe com multicultura e multilíngue. Esse modelo de educação escolar indígena se dá de acordo com a conformação social em que os mesmos estão inseridos, tendo isso em vista a educação escolar indígena tem como foco principal a educação que respeite e valorize as tradições culturais e os costumes dos povos indígenas. A Constituição Federal (BRASIL 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) defende a educação escolar indígenas, destacando que a educação para os povos indígenas necessita capacitar os indivíduos na influência oral e na escrita, na língua portuguesa e na língua materna predominante em cada tribo.

A Educação escolar Quilombola tem o intuito de fornecer acesso ao ensino, aos indivíduos que vivem em comunidades quilombolas. Na educação dos povos quilombolas se destaca o ensino baseado na descrição histórica, vivências e etnias

raciais. A educação escolar quilombola se dá para a garantia de acesso ao ensino dos povos quilombolas, baseando essa educação nas questões sociais, econômicas, e culturais que os povos dessas comunidades vivem.

Essas perspectivas educacionais (do campo, indígena e quilombola) trazem em seu bojo e organização referenciais que contribuem para compreendermos a relação família e escola, bem como encontrarmos nessas experiências elementos de mediações práticas que articulam processos de uma educação contextualizada.

Ou seja, o processo de aprendizagem é sempre inacabado, sempre pode ser aprimorado com aquisição de novos saberes. Nos dias atuais a escola é sobrecarregada com o encargo da sociedade que acredita que somente a escola é responsável pela educação e aprendizagem. Essa crença venda os olhos para essa outra visão de que a educação pode ocorrer em modos e ambientes diferentes. A ideia de que a escola é a principal responsável pela educação está presente no imaginário da sociedade que transmite esse entendimento às novas gerações. A sociedade encarrega a escola como a principal promotora do processo educacional em suas diferentes dimensões da formação humana.

A história nos mostra todo o caminho e as adaptações ocorridas para que a escola pudesse chegar como está atualmente. No início da implantação escolar, no Brasil havia muita dificuldade para o acesso ao ensino de modo geral, e mais dificuldade ainda ao ensino de qualidade. Atualmente ainda se enfrenta esses problemas de acesso ao ensino, mas, não somente isso, pois, o ambiente escolar está cercado de outros importantes desafios. A educação e escolas públicas são frutos de políticas públicas, que em tese visam atender todo membro da sociedade, garantido uma educação gratuita e de qualidade. O indivíduo é amparado pela lei que garante acesso ao ensino, e ensino de qualidade a todo membro da sociedade, mas atualmente o desafio para alcançar o "ensino de qualidade" não se ameniza e nem é superado.

Nos últimos anos o Brasil teve mudanças significativas para o acesso à educação a todos, e conseguiu promover acesso ao ensino, com a universalização do ensino fundamental, e logrou significativos avanços no ensino médio (sobretudo no que diz respeito ao acesso), ao torná-lo obrigatório. Vemos então que é criado a escola pública e que esta surge com o intuito de atender todos os setores da sociedade, ou seja, a escola pública deve garantir que todos os cidadãos/ãs tenham

acesso ao ensino gratuito e de qualidade. Ressalto nesse contexto, que quando falamos da escola pública nos referimos a:

Escolas organizadas e mantidas pelo estado, isso significa que cabe ao poder público se responsabilizar plenamente por elas, o que implica na garantia de suas condições materiais e pedagógicas. Tais condições incluem a construção ou aquisição de prédios específicos para funcionar como escolas; a dotação e manutenção nesses prédios de toda a infraestrutura necessária para o seu adequado funcionamento; a instituição de um corpo de agentes, como destaques para os professores definindo-se as exigências de formação os critérios de admissão e a específicação das funções se serem desempenhadas, a definição das diretrizes pedagógicas, dos componentes curriculares, das normas disciplinares e dos mecanismos de avaliação das unidades e do sistema em seu conjunto (SAVIANI, 2005, p. 3 – 4).

O ser humano em sua subjetividade está em constante evolução, embora carregue consigo hábitos, costumes, culturas que aprendeu no ambiente familiar, é na escola que o sujeito terá acesso a uma educação organizada, ou seja, uma educação socializada com o conhecimento elaborado. Saviani (1984, p. 2) aponta:

[...] não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.

É função da escola fornecer para os/as educandos/as conhecimento científico, esse conhecimento científico se dá por meio da organização curricular, e atualmente podemos afirmar que é uma exigência que o indivíduo tenha um saber científico por isso é importante que escola possua um bom currículo. Saviani (1984, p. 2) caracteriza o currículo como uma organização de conjunto de atividades desenvolvidas na escola.

Não basta apenas passar conhecimentos científicos para os/as educandos/as esse saber precisam ocorrer de forma gradual se adequando a idade, desenvolvimento, e domínio para compreender esse saber. Saviani (1984, p. 4) afirma:

Vê-se, assim, que para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação, isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de "saber escolar".

A escola atualmente tem várias atribuições. Perrenoud (2000) aponta que a função da escola não é somente ensinar o/a educando/a, ler, escrever e contar. Cabe a escola também ensinar a respeitar e tolerar as diferenças, a comunicar, cooperar, agir de forma conveniente, a desenvolver curiosidade e autonomia intelectual. Este aspecto se inscreve pertinente porque na escola – mesmo que a centralidade seja o desenvolvimento intelectual – ocorrem também as relações sociais diversas que também educam, ou demarcam valores importantes para a inserção e convivência social.

Freire (1961) aponta que a escola deve fornecer conhecimentos básicos a seus educandos/as para que pudesse se identificar o seu meio e nele atuar criticamente. O autor ainda afirma que:

Talvez nunca tenhamos tido em nossa história necessidade tão grande de ensinar, estudar, e de aprender, mais do que hoje. De aprender a ler, escrever e contar. De estudar história, geografia. De compreender a situação ou situações do país. (FREIRE, 1961, p. 29)

A escola – em destaque à escola pública – precisa provocar mudanças, desempenhar sua função de instituição inserida nas contradições materiais e sociais e contribuir para superação das desigualdades o transformar o contexto social. Conforme diz Saviani (1999, p. 42), que funcione como espaço de luta para garantir aos trabalhadores um ensino na melhor qualidade possível, nas condições históricas atuais.

A escola como instituição inserida numa totalidade econômica e social, pode contribuir com a manutenção da ordem ou contribuir para a transformação da ordem. São os processos em disputa que demarcam seu verdadeiro papel e, por essa razão, não deixa de ser um espaço estratégico para discutir e propor processos críticos e que visem objetivar a transformação social. Concordando com Frigotto (2015, p. 50) entendemos que:

Como a educação escolar e os processos formativos mais amplos em diferentes esferas da vida não são apêndices da sociedade, mas parte constituída e constituinte da mesma, a desigualdade social, a indeterminação política se refletem na continuidade da dívida e desigualdade educacional na quantidade e na qualidade.

Por esta razão a disputa pelo projeto educacional e pela escola é fator fundamental.

Pimenta e Gonçalves (1992) afirma que a função social da escola é a socialização do saber historicamente acumulado, garantindo a todos a posse de conhecimentos que foram e estão sendo construídos pelos seres humanos ao longo da história, além de ser uma condição essencial para o benefício de todos igualitariamente das riquezas acumuladas para a luta e transformação da sociedade brasileira, que distribui de maneira desigual a riqueza social construída por todos.

Para Tardif e Lessard (2005) a escola é uma instituição que se dirige para a educação e formação dos seres humanos. Na escola é necessário prevalecer práticas interativas com forte presença das relações interpessoais, que irá trabalhar como o ser humano, sobre, e para o ser humano, assim a escola funciona como espaço de humanização.

A educação escolar se destaca como uma educação formal capaz de instruir e mediar a aproximação do saber da natureza. A escola não visa somente formar o indivíduo para o mercado de trabalho, mas busca desenvolver habilidades críticas e criativas. O projeto pedagógico desenvolvido pela escola está condicionado por uma pedagogia que o orienta, na prática do ensino. A escola é um ambiente de apropriação de conhecimentos, mas, por meio da escola pode ocorrer uma comutação dos conhecimentos já adquiridos, e por esse meio a escola tem o intuito de formar um/uma cidadão/ã ativo/a, crítico/a, capaz de questionar, transformar⁷ o meio de sua vivência. Neste sentido, todo o trabalho desenvolvido no ambiente escolar necessita contar com a participação da comunidade. A escola não pode ser vista pela comunidade como empresa, e a comunidade (pais e/ou responsáveis, educandos/as, funcionários/as) não podem ser clientes. O processo de aprendizagem escolar precisa ocorrer como processo resultante da aliança entre a família e a escola. A escola tem o papel de envolver a comunidade, ser democrática dando a todos o direito de decisão. A educação deve ser uma preocupação dos pais e/ou responsáveis e dos/as professores/as. E neste sentido, como afirma Pereira (2008, p. 60):

Parece-nos, também, que a melhor colaboração entre a família e a escola é precisamente o veicular à criança confiança acerca da escolarização e ocorrências escolares, suportando e apoiando os anseios da criança e guardando para local próprio reações relativas à própria escola.

-

⁷ A escola não tem poder de transformar, ela apenas consegue ofertar aprimoramentos de conhecimentos aos indivíduos, e a partir disso, os mesmos podem buscar meios e estratégias para melhorar a realidade de sua vivência e de sua condição social.

A relação entre a família e o educando/a é de grande importância, pois, a partir desse laço afetivo que o indivíduo terá um desenvolvimento saudável e uma boa convivência social. Para Libãno Oliveira e Toschi (2003 p. 168),

A escola realiza a prática educativa que envolve a presença de sujeitos que ensinam e apreendem ao mesmo tempo, de conteúdo (objetos de conhecimento a ser aprendido), de objetivos, de métodos e de técnicas coerentes com os objetivos desejados.

De acordo com o Art. 9º (PCNs, 1999, p.15), as escolas terão que considerar:

- I. Na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado;
- II. a relação entre teoria e prática requer concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania:
- III. a aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão.

Diante disso, é recomendável que a escola trabalhe adaptando os conteúdos às realidades e a diversidade cultural, e que a teoria e prática estejam ligadas a realidade vivenciada pelos educandos/as. A escola deve garantir aos professores/as a autonomia para lidar com as situações que surgirem e que serão necessárias passar por adaptações para melhor atender aos objetivos propostos de formação. A escola pode e tem que apoiar e contribuir para que os meios educativos possam ser eficientes nessa questão de valorizar o contexto do processo educacional e da relação ensino-aprendizagem.

4. EQUIPE DIRETIVA DA ESCOLA: FUNÇÃO E PERTINÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS DE INTERAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA.

A escola é constituída por sua comunidade e é a equipe gestora que dá ideias para estabelecer relações eficazes no espaço escolar. É a equipe gestora que convida a comunidade escolar para participar do projeto coletivo da escola, é a equipe de gestão que mobiliza, articula e constrói colaborativamente as regulamentações e funções da escola. A conduta da gestão em casos de escola públicas estaduais é amparada por instrumentos democráticos para possibilitar que todos estejam incluídos e sejam corresponsabilizados e trabalhem juntos para a construção da escola e seu processo de ensino, já nas escolas públicas municipais a escolha pela equipe diretiva se ocorre em muitos casos através de indicação.

A equipe diretiva da escola tem algumas funções específicas dentro da escola como: assegurar que toda a comunidade escolar tenha conhecimento do que acontece e como acontece no âmbito escolar, mobilizar, organizar, e convocar a comunidade para participar dos projetos, reuniões, oficinas, ações escolares e eventos da escola, buscando trazer a comunidade a participar e ser mais próxima da escola com o intuito de que esta possa aderir às convições da escola e possa contribuir para a efetuação do projeto político pedagógico inclusivo, coerente e com metas e definições político-pedagógicas constituídas de maneira participativa. Desse modo, trata-se de elemento fundamental que a equipe diretiva possa assegurar que a comunidade escolar tenha acesso a esse projeto, contribua com a sua composição, e estejam de acordo e comprometidos com a implementação do mesmo.

A equipe diretiva ainda nessa perspectiva pode criar espaços garantindo a escuta e a participação, dos/as professores/as, funcionários/as, comunidade e educandos/as, dando a oportunidade e a possibilidade para estes opinarem e participarem sobre as propostas projetadas e desenvolvidas na escola. Portanto, é dever da equipe diretiva agir de maneira a convocar a comunidade para a participação, bem como, oportunizar espaços e processos para esse fim, dividir com a mesma, as dificuldades, sonhos, responsabilidades, demandas e objetivos. Em contrapartida, e com clareza de função, recomenda-se que a comunidade ajude a equipe diretiva a solucionar os problemas e demandas e alcançar os sonhos e objetivos.

A equipe de direção pode trabalhar na perspectiva de desenvolver propostas para trazer a comunidade para participar do ambiente escolar, vale ressaltar que muitas das vezes a equipe diretiva desenvolve propostas e eventos para trazer a comunidade para esse ambiente escolar, porém, a comunidade não se faz presente, pois, muitos trabalham em tempo integral e não tem tempo para poder atender as chamadas da instituição escolar, enquanto outros acabam não participando por situações econômicas e sociais.

Conforme Libâneo (2001, p. 139):

Participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais), na gestão da escola há dois sentidos de participação articulados entre si. Há participação como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo-se como prática formativa, como elementos pedagógicos, metodológicos e curriculares. Há a participação como processo organizacional em que os profissionais e usuários da escola compartilham, institucionalmente, certos processos de tomadas de decisão.

O projeto político pedagógico (PPP) documento que aborda a realidade da escola, e expõe a proposta educacional, é dirigido de acordo com a realidade de cada escola, porém, em linhas gerais (nos PPPs) a redação sobre a gestão escolar, aborda que a responsabilidade direta pela gestão escolar é do/a diretor/a e diretor/a auxiliar. Normalmente, os gestores são escolhidos pelo voto direto da comunidade escolar, salvo algumas exceções, onde a escolha da equipe de direção da escola principalmente em escolas municipais – se dá através de indicações em ato discricionário pelo poder executivo municipal. O que caracteriza a gestão é a forma de administrar tanto os problemas técnicos quanto os pedagógicos, se de maneira autocrática, se de maneira democrática. A participação efetiva dos órgãos colegiados como; conselho escolar, conselho de classe, grêmio estudantil e a APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), fortalecem os laços democráticos entre as instâncias e desenvolvem papel fundamental por assumirem funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras. Estes conselhos e agremiações garantem a participação da comunidade interna e externa, como a participação dos/as professores/as, pedagogos/as, funcionários/as, educandos/as, direção, pais e/ou responsáveis. Os conselhos dão sustentabilidade aos projetos desenvolvidos pela instituição e garantem certo grau de autonomia à escola.

De acordo com Weiss (1994, p. 32) a relação entre a escola e a família:

[...] nos dias de hoje é uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. A escola deve completar a tarefa do lar, o aperfeiçoamento do caráter, encaminhando as tendências individuais para a harmonia e a estabilidade sociais. A família e a escola são duas instituições muito importantes no desenvolvimento mental, psicomotor, social e afetivo do ser humano. A educação bem-sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto, nesse contexto a família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter dos cidadãos⁸.

Além dessas atividades citadas a equipe diretiva pode trabalhar buscando desenvolver oficinas, atividades práticas, físicas e culturais, e buscar convidar os pais e/ou responsáveis a participarem dessas atividades. Projetos assim aproximam a família não somente do ambiente escolar, mas também aproxima os pais e/ou responsáveis da aprendizagem de seus filhos/as. A aproximação afetiva das famílias no ambiente escolar se trata de um desafio constante para toda a equipe escolar, tendo em vista que o pai não tem participação na vida escolar dos/as filhos/as e as estratégias desenvolvidas pela equipe diretiva não se mostra ser suficiente para envolver a família. Com o desenvolvimento de projetos que tenham enfoque em aproximar as famílias não somente da escola, mas também do processo de aprendizagem de seus filhos/as, há aumento das possibilidades para o bom ato de ensinar e aprender. Com essa aproximação os pais e/ou responsáveis participam do processo de aprendizagem de seus filhos/as e ainda se tornam conhecedores tanto das dificuldades, quanto do potencial dos filhos e filhas.

Oficinas pedagógicas, atividades práticas, culturais e físicas que tratem de método de aprendizagem diferente do tradicional, poderão ser alternativas para melhorar as condições de aprendizagem do conteúdo escolar. Essas oficinas e atividades podem ser elaboradas visando diferentes aspectos da relação ensino-aprendizagem, mas têm como objetivo principal, o aprendizado de forma prática. Neste sentido, essas atividades podem abranger diversos assuntos e ainda é uma forma de aprendizagem em grupo.

-

⁸ Em casos de família que não tem aporte social, onde o aluno ou aluna vive em um ambiente familiar desestruturado, em que pais e/ou responsáveis não conseguem dar o suporte às filhos e filhas às demandas oriundas da escola, como as atividades e tarefas complementares de casa, porque também não tiveram acesso à educação ou se encontram diante de um ou mais fatores sociais que irá implicar no desenvolvimento do indivíduo, nesta situação torna-se imperativo e estratégico a instituição escolar dedicar atenção especial a esses sujeitos aprendizes.

A literatura aponta que quando os pais e/ou responsáveis participam de oficinas, além de se aproximarem, participarem e colaborem juntamente com a escola no processo de aprendizagem, se fortalecem os laços afetivos com a família melhorando e ampliando também o interesse dos pais e/ou responsáveis pelo cotidiano escolar. Como consequência, passam a colaborar também, de maneira deliberada e intencional no desenvolvimento intelectual, físico, emocional e social dos educandos e educandas.

Algumas escolas adotam a agenda escolar que é um material que tem o intuito de intermediar o contato entre a escola e os pais e/ou responsáveis. Nessa agenda os/as professores/as e a equipe diretiva anotam diariamente recados do cotidiano escolar, nessa agenda ainda é relembrando as atividades de casa e os demais compromissos pedagógicos que os educandos/as assumem em um determinado período. Derivado dessa intencionalidade, ainda dá direcionamento aos pais e/ou responsáveis para colaborarem na realização das atividades. O/a professor/a pode usar como estratégia o desenvolvimento de atividades de casa com o propósito de que pais e/ou responsáveis e educandos/as realizem juntos as atividades assim fazendo com o que os pais e/ou responsáveis participem de forma efetiva do processo de aprendizagem.

Várias estratégias ajudam a pensar e fortalecer possibilidades dentro do contexto diverso em que vivemos. Essas estratégias podem ser pensadas na realidade de cada escola, tendo em vista que algumas, dessas estratégicas podem não se adaptar a comunidade da escola, devido à sua caracterização social. Assim cabe à escola decidir qual a melhor ou as melhores estratégias a serem usadas e desenvolvidas, levando em consideração a realidade da comunidade escolar. Vale destacar ainda, que por mais que a escola desenvolva estratégias para atingir a família, normalmente, e em grande maioria, a participação familiar no ambiente escolar, na atividade, reunião e demais eventos, se dão por uma figura feminina, a escola tem grandes obstáculos para conseguir a participação da figura masculina na escola.

5. PROFESSORES/AS: FUNÇÃO E PAPEL NAS MEDIAÇÕES DE INTERAÇÃO PEDAGÓGICA.

Quando falamos em escola e na função da mesma, já vem introduzido no assunto o papel dos/as professores/as e qual a essência da sua tarefa na escola e em sala de aula. Mas entender o real papel dos/as professores/as se torna muito complexo. Esteve (1995) afirma que algumas mudanças e situações afetam o sentido e o significado da profissão. Entre elas está a ampliação de atribuições, inibição educativa, agentes de socialização, o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola, a ruptura do consenso social sobre a educação e a menor valorização social dos/as professores/as.

O contexto social e econômico em que os/as professores/as trabalham tem se tornado complexo e diversificado, a para a formação dos/as educandos/as, não basta a mera transmissão de conhecimentos. Imbérnon (2001) afirma que o docente exerce outras funções como: a luta contra a exclusão social, a participação na comunidade, animação em grupos, as relações com estruturas sociais e com a comunidade. Segundo o autor o/a professor/a não pode ser considerado um mero executor de inovações prescritas, mas pode ser considerado um profissional que tende a participar ativamente e criativamente no processo de inovação e mudanças, a partir de seu contexto, numa relação ensino e aprendizagem dinâmica e flexível. O autor ainda ressalta que os/as professores/as precisam estar preparados para dúvidas, incertezas e divergência, e buscar reflexões em grupos buscando regular as ações, os juízos e as decisões referente ao ensino.

Segundo Alarcão (2003) o/a professor/a deve ser reflexivo em sua prática educativa, pensar no que faz, ser comprometido e se sentir autônomo capaz de tomar decisões e ter opiniões. Sobretudo os/as professores/as carecem de entender o contexto em que trabalham. A partir daí fazer uma leitura desse contexto e que se adapte a ele, pois, atualmente há vários contextos educacionais, complexos, portanto, não há um igual a outro. Assim os/as professores/as muitas vezes em uma mesma escola, e talvez até em uma mesma turma, necessite utilizar práticas diferentes de acordo com cada grupo e com a carência dos mesmos. Assim o/a professor/a tem como necessidade analisar e refletir sobre suas práticas, para assim entender as necessidades demandadas.

No modelo de escola atual, seja ela pública ou privada, os/as professores/as têm de ter características próprias e preocupações como: estar comprometido com os/as educandos/as, ser capaz de desenvolver um trabalho docente de qualidade, estar aberto para inovação criação e intervenções nos processos de decisões e de produção de conhecimento, ter vivenciado um processo formativo que lhe tenha garantido o acesso ao saber, e saber que o seu papel é fundamental e imprescindível para a construção de um ensino e uma escola de qualidade.

A lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, decretando a todo cidadão o direito a educação, abrangendo processos formativos que se desenvolvem desde a família às manifestações culturais. Essa lei demanda que a educação escolar se dê por meio do ensino em instituições próprias, e que se vincular ao mundo do trabalho e as práticas sociais. No artigo 13 da LDB citado nos PCNs (Ensino Médio, 1999, p. 42), que tem como título "Da Organização da Educação Nacional", trata-se sobre as funções do/a professor/a:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino:
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Segundo a LDB a função dos/as professores/as vai além do que apenas transmitir informações. Na gestão democrática que é predominante na maioria das escolas os/as professores/as precisam participar da elaboração da proposta pedagógica, e também estabelecer objetivos e metas que se deseja alcançar diante do perfil dos/as educandos/as, pois, são os/as professores/as que terão mais contato com os educandos/as. O artigo ainda ressalta que os/as professores/as necessitam priorizar a aprendizagem do/a educandos/a, buscando meios que venham favorecer aqueles que apresentam dificuldades durante o processo. É importante que os/as professores/as participem das atividades da escola em conjunto com as famílias e com a comunidade.

É preciso saber ouvir os/as professores/as antes de qualquer decisão acerca da educação. Pois, é o/a professor/a que tem acompanhamento ativo e direto com o/a

educando/a, medeia o conhecimento, enfrenta as dificuldades de aprendizagem, carências afetivas, e sabe adequar os conhecimentos conforme as necessidades dos/as educandos/as. Desse modo os/as professores/as também precisam de um incentivo a continuar a caminhada. A sociedade deve apoiá-los/as e motivá-los/as nas decisões, pois, é o/a professor/a que tem mais contato com os/as educandos/as e sabe das principais e diferentes necessidades que estes apresentam no cotidiano escolar.

Pelo exposto, verifica-se que o ideal é que os/as professores/as conheçam a realidade dos/as educandos/as com quem atua. Melhor ainda é ter uma aproximação afetiva dos/as educandos/as, porque isto pode favorecer a relação pedagógica e a realização dos processos metodológicos de interação para além da sala de aula. Além disso, os/as professores/as podem ser amigos e conselheiros dos/as educandos/as. O/a professor/a carece conhecer da realidade em que os/as educandos/as vivem (situação social e econômica, ambiente familiar, cotidiano, etc.), e partir desse conhecimento da realidade em que os/as educandos/as vivem, desenvolver e potencializar as suas práticas educativas.

Recomenda-se que o/a professor/a tenha uma relação saudável com os/as educandos/as, relação essa baseada no respeito mútuo, afetividade, companheirismo assim estabelecendo a base da relação.

Tassoni (2000, p. 3) afirma:

Toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular. Pensando, especificamente, na aprendizagem escolar, a trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita, etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações.

Essa relação entre professor/a e educandos/as é determinante no clima da sala de aula. Quando a essa relação de respeito e confiança entre professor/a e educando/a este se sente mais seguro e confiante. Deste modo, concordamos com Miranda (2008, p. 2), quando destaca que:

A interação professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação professor-aluno, deve sempre buscar a

afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional.

Nessa relação harmoniosa entre o/a professor/a e educando/a, o segundo se sente confortável em compartilhar com o/a professor/a seus medos, frustrações, receios e fatos que o incomodam e até acontecimentos que acarretam traumas gerando para os/as mesmos/as dificuldades na aprendizagem, e o/a professor/a quando ciente de tais fatos, podem intervir de maneira a buscar o bem para os/as educandos/as. Santos e Silva (2002, p. 12) elucidam:

Alguns professores sentem que seu relacionamento com os alunos determina o clima emocional da sala de aula. Esse clima poderá ser positivo, de apoio ao aluno, quando o relacionamento é afetuoso, cordial. Neste caso, o aluno sente segurança, não teme a crítica e a censura do professor. Seus níveis de ansiedade mantem-se baixo e ele pode trabalhar descontraído, criar, render mais intelectualmente. Porém, se o aluno teme constantemente a crítica e a censura do professor, se o relacionamento entre eles é permeado de hostilidade e contraste, a atmosfera da sala de aula é negativa. Neste caso, há o aumento da ansiedade do aluno, com repercussões físicas, diminuindo sua capacidade de percepção, raciocínio e criatividade.

Quando há uma relação saudável entre o/a professor/a e educando/a, o aprendizado é mútuo. Com afetividade nessa relação, ambos colaboram para a prática educativa. A relação saudável – entre professor/a e educando/a – permite a amizade, carinho, desabafo dos problemas e oportunidades de conselhos, permitindo uma aproximação entre eles/as tornando o espaço de aprendizagem, um espaço para boas relações sociais.

Os/as professores/as ainda podem desenvolver algumas estratégias favorecedoras na aproximação entre a família e a escola. Para ocorrer essas estratégias, e de maneira exitosas, é preciso que o/a professor/a conheça a realidade da família e ser flexíveis no diálogo com o/a educando/a e com a família. Entre as estratégias que o/a professor/a pode aplicar, podemos destacar o desenvolvimento de atividades de casa que tenham um enfoque em envolver a família, buscar que a família ajude na realização da atividade. Outra possibilidade estratégica é buscar diálogos individuais com os pais e/ou responsáveis, em horários que os mesmos consigam comparecer. Vemos que isto não é tarefa fácil, tendo em vista que os mesmos estão — em sua maioria — inseridos no mercado de trabalho e encontram

dificuldades em comparecer nas reuniões coletivas. Desse modo, a escola, os/as professores/as e professoras podem pensar em meios de flexibilizar os horários de diálogos com os pais e/ou responsáveis, possibilitando o diálogo em momentos alternativos em que os mesmos consigam comparecer. Porém, é importante destacar que os/as professores/as muitas vezes não conseguem flexibilizar – devido à carga horária de trabalho – esses horários no dia e hora que fica bom para os pais e/ou responsáveis. Assim é preciso pensar em meios estratégicos, bem como esforços a serem feitos para que ocorra o diálogo e a relação mais próxima entre esses sujeitos sociais envolvidos no processo educacional.

Além desses aspectos, o/a professor/a ainda pode e precisa estar sensível a possíveis problemáticas no seio familiar, compreender e ouvir os sentimentos dos pais e/ou responsáveis e buscar alternativas para uma proposta de melhoria. É importante ainda que o/a professor/a saiba como dialogar com a família. É necessário que possam compartilhar das situações, compreender e ter atenção nos processos relacionais entre escola e família, para que a família se torne uma aliada no processo educativo que pode contribuir com a melhoria de comportamentos e desempenho do/a filho/a na aprendizagem dos conteúdos trabalhado na escola.

Algumas atitudes por parte do/a professor/a dão incentivo ao educando/a para melhorar o desempenho e elevar a aprendizagem do/a educando/a. Entre as atitudes se pode destacar a atribuição de atividades divertidas em forma de jogos, atividades em grupos, atividade com o uso de músicas, teatro, filme, experimentos e viagens, entre outras. Tais atividades dão ânimo, incentivo, e encorajamento para o/a educando/a ter mais dedicação no processo de estudo e, por consequência, da aprendizagem.

6. RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: UMA ALIANÇA ESSENCIAL.

O envolvimento da família no ambiente escolar é indispensável. Brandão *apud* Pereira (2008, p. 71)

Define envolvimento como um leque de interações entre a Escola e a Família desde a simples participação dos encarregados de educação em reuniões mais ou menos formais, até à execução de tarefas específicas na escola, em colaboração com os professores.

O primeiro ambiente em que o indivíduo conhece é a família, e é nela que o mesmo vai iniciar seu processo de socialização e de aprendizagem como; valores sociais e culturais, relações, crenças e costumes. O envolvimento da família no âmbito escolar tem o intuito de gerar uma aliança harmoniosa entre a família e a escola e assim às duas juntas buscarem o progresso. O envolvimento da família na escola não consiste somente na comunicação ou em trabalho voluntário. Esse envolvimento pode ser mais rico, contendo apoio educativo em casa, participação dos grupos e associações de pais e mestres. Esse envolvimento tende de estar diretamente ligado com as tomadas de decisões juntamente da escola. Marques (2001) afirma que a aproximação dos/as professores/as aos pais e/ou responsáveis e o envolvimento destes, no apoio educativo aos filhos/as pode contrair aquela nefasta tendência, libertando o/a professor/a de exigências irrealistas e fazendo com os pais e/ou responsáveis voltem a assumir as suas funções tradicionais de primeiros educadores/as. A escola e a família têm o objetivo de preparar o sujeito para o mundo, porém, tanto a família quanto a escola possuem as suas particularidades.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9394/1996), a família é (co)responsável – juntamente com o Estado – pela Educação dos/as filhos/as, ou seja, da geração futura. É também responsável por matricular os seus filhos/as em uma escola, portanto, prepará-los para a vida em sociedade. É junto à família que educando e a educanda tem as primeiras experiências educativas (BRASIL, 1996). É partindo desse pressuposto, que se defende que a família tende de ser colaboradora do trabalho (educacional) realizado nas escolas, e ser mais interessada na forma organizacional – (tanto como infraestrutura, como organização

do trabalho pedagógico e curricular) – e do conteúdo veiculado e conhecimento construído nesse âmbito institucional. Assim, dar-se-ia de maneira qualificada as contribuições, frente aos filhos/as, para a realização das atividades desenvolvidas na escola.

A participação dos pais e/ou responsáveis no ambiente escolar é importante e se é necessário ocorrer com frequência, assim acompanhando melhor o processo educativo nas suas diferentes dimensões. Como mencionado anteriormente, a educação das gerações futuras se dá através da família e escola. Sem uma polarização absoluta, mas em linhas gerais, sabemos que à família cabe os ensinamentos morais, comportamentais, organizacionais, entre outros, e a escola é a principal responsável por ensinar os conhecimentos científicos e dar conta da formação intelectual. Estas instituições têm suas funções e uma "necessita/depende" da outra. Assim, ambas precisam desenvolver uma relação de confiança e realizar o trabalho de formação humana em conjunto.

Desse modo, a escola precisa criar e potencializar as estratégias, metodologias e a abertura de espaços para que os pais e/ou responsáveis, possam participar ativamente no/do ambiente escolar. A família tem que se envolver no ambiente escolar em sua programação de reuniões e atividades, e assim auxiliando no direcionamento e apoio pedagógico fundamentalmente no acompanhamento do exercício de estudar dos filhos/as irá ajudar diretamente o desenvolvimento dos/as educandos/as em sala de aula.

Cabe aos pais e/ou responsáveis criar um vínculo mais 'familiar' com a aprendizagem do/a educando/a, incluindo, em seu cotidiano, hábitos de acompanhamento e orientação de estudos e tarefas escolares. A família também tem que ter uma participação ativa nas tomadas de decisão referente a escola. Assim estabelecendo uma relação de complementaridade entre a escola e a família, essa parceria traz um aspecto positivo na vida escolar que é a tendência de que os/as educandos/as se dediquem e se esforcem mais nos processos da vida estudantil e da aprendizagem.

Nesse sentido os/as professores/as são fundamentais, desenvolvendo um trabalho em conjunto, conhecendo melhor os educandos/as, pais e/ou responsáveis, comunidade, e envolvendo a família nesse diálogo pedagógico e interativo, assim favorecendo o desenvolvimento educacional como um todo e o ensino de conteúdos escolares em específico.

Destacam-se estes elementos considerando que, por princípio, haja interesse da instituição educativa em ter a participação da comunidade e da família no seu processo de funcionamento nas diferentes áreas da organização do trabalho pedagógico, e, sobretudo, entendendo que a participação da família se dê de maneira ativa e estratégica, e não apenas de forma passiva para corresponder aos estímulos específicos que vão aparecendo no cotidiano da escola, que encarram as necessidades corretivas e não proativas de manifestação de intencionalidade programática.

Atualmente, em linhas gerais, há uma grande distância entre família e escola. Essa distância tem razões como falta de tempo, baixa expectativa educacional e condição social. Essas são algumas das razões mais comuns que levaram ao afastamento entre a escola e a família. A aliança entre a família e a escola é um obstáculo que os profissionais da escola não podem enfrentar sozinhos, mas podem buscar meios de aproximação com atitudes, criar projetos para os espaços onde os pais e/ou responsáveis possam ser recebidos, ouvidos e possam ter uma participação mais próxima da escola.

O estatuto da criança e do adolescente (Brasil 1990) prevê o dever da família e da escola em assegurar o direito da convivência família e direito à educação, entre outros. Porém, não é a realidade, essa relação entre a escola e família não tem se destacado, pois, fatores externos sociais e econômicos impedem que os pais e/ou responsáveis consigam ter tempo para ter uma participação ativa na escola.

Dessen e Polonia (2007, p. 28) afirmam que, as escolas devem procurar inserir no seu projeto pedagógico um espaço para valorizar, reconhecer e trabalhar as práticas educativas familiares e utilizá-las como recurso importante nos processos de aprendizagem dos/as educandos/as.

Como já mencionado, a escola pode buscar estratégias para intensificar a associação de pais e/ou responsáveis e mestres dentre outros espaços educativos para articular a família, estabelecendo uma relação mais próxima entre escola e família. Para Dessen e Polonia (2007) a escola e a família são contextos que implicam no desenvolvimento, aprendizagem, aquisição de conhecimento do indivíduo.

A escola e a família são os dois principais ambientes que implicam no Desenvolvimento humano e na formação de modo geral. Assim é fundamental que os dois ambientes estejam em harmonia e próximos, conhecendo suas diferenças e suas semelhanças, interações e especificidades, desenvolvendo um trabalho conjunto no

que diz respeito aos objetivos gerais de desenvolvimento humano, de formação humana e de ensino-aprendizagem.

A escola necessita intensificar estratégias que impulsionem as famílias a conhecer seu processo pedagógico e participar ativamente nas tomadas de decisões quanto às metas e construção das suas propostas educacionais. (BRASIL,1990)

O artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1980) referindo-se sobre as instituições responsáveis pela educação, ainda confirmado pelo artigo 227, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) afirma que a preocupação legal e prioritária com a educação escolar é de responsabilidade da família, a lei ainda afirma que a escola é responsável por promover uma aproximação com a família e comunidade elaborando formas de integração.

O Plano Nacional de Educação, em relação à cooperação entre família e escola, estabelece, referente à gestão democrática, entre outras estratégias, o fortalecimento dos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Mestres, visando à participação efetiva dos pais e/ou responsáveis e demais representantes da comunidade escolar nestas instâncias, assim também como na avaliação institucional, formulação de projetos, planos e outros documentos escolares (LIBÂNEO, 2004).

Para que a criança e/ou adolescente tenha um melhor desenvolvimento é preciso que a escola busque estratégias que impulsionem as famílias a fazer parte do ambiente escolar e entenda a importância de seu papel no processo pedagógico, para que assim possam participar ativamente no ambiente escolar.

O Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024, em relação à cooperação entre família e escola, estabelece, a gestão democrática como estratégia como meio de garantia da participação dos pais e/ou responsáveis, e comunidade nas discussões, elaboração, implementação de planos de educação, planos e projetos políticos pedagógicos efetivando assim uma articulação entre a família e a escola. Nesta mesma legislação, (universalização do ensino fundamental até os 9 (nove) anos) fica estabelecido: "incentivar a participação dos pais e/ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos/as filhos/as por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias". (BRASIL, 2014).

Tendo em vista que a escola deva estimular a participação dos pais e/ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares, e é recomendado que família assuma junto com a escola ações de corresponsabilidade que assegurem a formação educativa, e o acompanhamento do desenvolvimento escolar. A família e a

escola precisam estar articuladas e juntas pensar maneiras para transformar seus interesses específicos e coletivos em benefício do desenvolvimento educacional como um todo, e na aprendizagem dos/as educandos/as, em seu recorte mais específico. Assim mantendo uma relação próxima de diálogo para que juntas possam enfrentar os desafios, bem como implementar intencionalidades preestabelecidas em conjunto (Escola-Família) tendo como horizonte a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.

Entende-se a participação da comunidade na escola, como sendo a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. Uma escola onde se prioriza uma gestão escolar democrática deve - se implicar necessariamente a presença da comunidade. Nesse sentido a gestão democrática prescinde de uma participação efetiva de toda a comunidade escolar e de seus atores, a fim de que sejam divididas as responsabilidades no interior da escola e não fique centrada somente na figura da direção escolar. Percebe-se que a presença dos pais e/ou responsáveis na escola é pouca, talvez devido à falta de informação dos mesmos na construção coletiva, ou ainda por falta de tempo para se dedicarem a visitas, palestras, reuniões para entregas de pareceres ou eventos de interesse dos responsáveis pelos educandos/as na escola, pois, tem que trabalhar para o sustento da família.

As escolas de forma geral contam com uma reunião com os pais e/ou responsáveis que ocorre a cada mês, semestre, e em momentos que a escola sente a necessidade da realização dessas reuniões, nesse espaço de reunião o objetivo é ter um diálogo entre pais e/ou responsáveis e professores/as, porém, grande parte dos pais e/ou responsáveis não comparecem nessas reuniões, por motivos sociais, econômicos, ou demais motivos particulares, essas reuniões organizadas e dinamizadas é o espaço de diálogo direto entre os pais e/ou responsáveis e professores/as e no momento dessas reuniões que os mesmos podem e tem que dialogar e expor seus sentimentos e relação ao processo de aprendizagem do/a educando/a, e com essa troca de sentimentos e ideias juntos buscar o resultado positivo.

Apesar dos espaços para participação dos pais e/ou responsáveis, a forma mais comum de contato entre a escola e a família é a prática comunicativa que muitas vezes passa pelo/a professor/a. Essa comunicação muita das vezes não ocorre de forma direta, geralmente o diálogo entre a escola e a família ocorre por intermédio do/a educando/a, porém, quando esse intermediador não possui uma relação de

confiança com sua família acaba não intermediando o diálogo entre a escola com a família.

Apesar das estratégias já citadas as escolas ainda contam com datas festivas que entre os objetivos estão: atrair os pais e/ou responsáveis para uma relação mais próxima da escola. Mesmo com todas as estratégias e atividades desenvolvidas com o intuito de aproximar os pais e/ou responsáveis, muitos acabam não sendo atingidos por essas estratégias, e se distancia ainda mais da escola, os mesmos só acabam comparecendo na escola quando ocorre algum problema, ou quando acionados pelo conselho tutelar.

O envolvimento da família no meio escolar tem muitos benefícios: diálogo entre a família e a escola apresenta um papel importante no desempenho escolar, a comunicação entre a mesma tem apresentado um equilíbrio no processo de desenvolvimento escolar, a participação dos pais e/ou responsáveis na escola não somente colabora de forma pedagógica, mas tem grande interferência psicológica trazendo mais confiança para o/a educando/a, cedendo um melhoramento efetivo no desempenho escolar.

De acordo com Marques (2001, p. 13):

Olhamos para o envolvimento parental como uma variável importante no processo de melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos (...), embora tenhamos presente os benefícios do envolvimento parental na vida na escola, consideramos que há zonas que devem estar reservadas aos professores e que devem ficar privados da interferência exterior. Essas zonas incluem todas as decisões que dizem respeito aos modelos pedagógicos, metodologias de ensino e avaliação dos alunos.

Conner apud Pereira, (2008, p. 39) afirma:

Trabalhar cuidadosamente com os pais até termos a certeza de que os primeiros projetos são bem-sucedidos. O sucesso traz o sucesso e a autoconfiança e, como resultado, os pais ficam motivados para participarem ainda mais. Quando os pais têm uma relação positiva com os professores, eles podem ajudar os filhos a terem um comportamento correto na escola.

Em busca por pesquisas quantitativas que apresentam dados é possível afirmar que a família e a ajuda dela, no processo de ensino acarretam uma grande proporção de resultados positivos, pois, quando os/as educandos/as se sentem incentivado pela família e tem a família como parceiros no processo de aprendizagem, se sentem motivados a corresponder a uma boa aprendizagem. Os resultados positivos vão além

de responsabilidade do/a educando/a e dos/as professores/as, tais resultados dependem também do apoio familiar prestado ao educando/as nas realizações das atividades, buscando ajudar em conteúdo que os mesmos tenham dificuldades e que principalmente tenham uma relação harmoniosa entre pais e/ou responsáveis e filhos/as. As pesquisas ainda afirmam que os/as educandos/as que apresentam os melhores resultados são aqueles que os pais e/ou responsáveis tem mais participação no ambiente escolar, e que conseguem colaborar em casa com o processo de ensino. Além disso educandos/as que não enfrentam dificuldades nas relações familiares conseguem obter melhores resultados.

Ressalto que a família e a escola são ambientes de socialização e aprendizagem. Essas instituições são influenciadoras que podem atuar impulsionando ou inibindo a socialização e aprendizagem. Quando a uma aliança entre a escola e a família com responsabilidades compartilhadas, fica fácil alcançar o sucesso no processo de aprendizagem dos/as educandos/as. Concluindo, a relação entre a família e a escola. De acordo com Dessen e Poliana (2007, p. 22):

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto família e escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas.

Por mais que a família e a escola sejam instituições com funções especificas é preciso ocorrer uma aliança entre elas já que ambas têm objetivos em comum a alcançar. É fundamental a cumplicidade entre a escola e a família, e com essa cumplicidade é possível garantir uma melhora significativa para o processo a aprendizagem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrido este processo analítico que teve como centralidade compreender a relação entre a família e a escola e como esta relação – quando bem implementada – pode contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos/as educandos/as, vemos que a presente pesquisa cumpriu com seus objetivos fundamentais. Desse modo, a partir dos objetivos que buscavam compreender a importância da relação entre a família e a escola, como se dá essa relação, compreender elementos e estratégias de influência nessa relação e ainda esclarecer a importância do trabalho em conjunto entre as instituições, desenvolvemos uma análise que lança luz à perspectiva que defendemos acerca da necessária proximidade entre a instituição familiar e a instituição escolar.

Assim, com a pesquisa foi possível entender a função de cada instituição e como ambas podem trabalhar em cooperação uma com a outra. A pesquisa conseguiu contribuir para a compreensão do tema, e ainda possibilitou reflexões acerca da relação entre a família e a escola.

Com a grande defasagem da participação dos pais e/ou responsáveis no ambiente escolar e no processo de aprendizagem faz-se necessário debater sobre o assunto, buscando esclarecer qual a função da família, e qual o papel da escola no que concerne os processos educacionais gerais, mas, também nessa possibilidade de interação e aliança entre as mesmas e como esta aliança pode contribuir para se atingir resultados satisfatórios.

A família não é o único ambiente de experiência do indivíduo, embora o processo de desenvolvimento comece no meio familiar, mas em seguida o ambiente escolar entra com grande papel nesse processo sendo outro ambiente de socialização, aprendizagem e experiências. Assim a escola e a família são os principais responsáveis pelo progresso no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

A partir do estudo, vimos que a família encontra dificuldades em ter uma participação ativa na vida escolar de seus filhos/as tendo em vista que muitos pais e/ou responsáveis trabalham em tempo integral e enfrentam problemas sociais e econômicas que interferem diretamente na participação dos pais/responsáveis no ambiente escolar. A participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar tem

grande reflexo no desempenho escolar dos/as educandos/as. Outro fator que interfere no desenvolvimento escolar é a relação familiar, que sendo harmoniosa, reflete pontos positivos, e quando conflitante acarretam pontos negativos no desenvolvimento dos/as educandos/as.

A escola tem o intuito de colaborar com a família no desenvolvimento dos indivíduos, fornecendo a eles o conhecimento científico que ocorre de forma gradual e adequada com a idade de cada indivíduo. Atualmente todo indivíduo – em idade escolar da Educação Básica – tem o direito ao ensino gratuito e de qualidade. Assim, a escola pode buscar desenvolver um projeto pedagógico que oriente a prática de ensino científico, mas também aperfeiçoa os saberes já adquiridos.

Como sabemos, a escola tem o intuito de formar o/a cidadão/ã crítico/a e ativo/a na sociedade. Para que a escola possa obter êxito no desenvolvimento e na aprendizagem do indivíduo, ela conta a participação e apoio dos pais e/ou responsáveis. Pois, quando esse apoio ocorre o/a educando/a tem um desenvolvimento cognitivo, emocional e social saudável. Além disso, para escola ainda obter êxito no processo de aprendizagem, ela também depende da questão social econômica, pois, o indivíduo precisa ter uma condição econômica favorável, onde o mesmo consiga ter uma alimentação saudável e consiga ter saúde. Caso o indivíduo se encontre em situação econômica carente e não consiga manter uma alimentação e saúde saudável, isso irá causar um baixo rendimento no processo de aprendizagem. Uma figura de grande importância na relação da família e da escola é a equipe diretiva da escola, equipe essa escolhida pela própria comunidade e que tem deveres internos na escola. É por essa razão que neste trabalhado destacamos que a forma como a equipe diretiva da escola faz a gestão das escolas, e as estratégias que ela pode desenvolver e implementar para aproximar a família da escola pode ser fundamental.

Com base nessa questão, demonstrou-se neste trabalho algumas estratégias importantes como, por exemplo, buscar desenvolver projetos, oficinas e eventos que colaborem para a aproximação dos pais e/ou responsáveis do ambiente escolar. Além disso, demonstrou-se que a esquipe diretiva ainda conta com o apoio do/a professor/a, e é ele/a que tem acompanhamento ativo e direto com o/a educando/a. Essa relação entre equipe diretiva e professor/a também é fundamental, pois são estes últimos, os principais conhecedores/as das dificuldades e carências afetivas enfrentados pelos educandos/as durante a vida escolar.

Destaca-se ainda que o/a professor/a desenvolve uma relação afetiva, de confiança, e companheirismo com os/as educandos/as. Assim o/a professor/a dará apoio a equipe diretiva nas tomadas de decisões, tendo em vista que o/a professor/a que será o principal conhecedor da realidade do ambiente escolar.

A relação entre é família e a escola é essencial, mesmo sabendo, que em linhas gerais, esse processo de aproximação não é fácil e por vezes enfrenta grandes dificuldades e obstáculos, mas, como vimos, tais dificuldades e obstáculos podem ser superados quando a escola buscar intensificar os projetos para que os pais e/ou responsáveis se sintam confortáveis em participar do/no ambiente escolar.

Alertamos também durante a pesquisa, que não basta somente a escola intensificar os espaços para a participação, os pais e/ou responsáveis também necessitam exercer esforços para participar do ambiente escolar, e colaborarem com a equipe escolar nas tomadas de decisões. Assim, ao compartilharem dos obstáculos e aflições encontrados, poderão em pareceria encontrar as soluções para o que for necessário resolver e também para pensar estrategicamente os processos de organização do trabalho escolar e pedagógico.

Como vimos no decorrer do trabalho exposto, podemos afirmar com firmeza que um trabalho desenvolvido em articulação entre a família e escola irá obter resultados positivos no processo de desenvolvimento do indivíduo. O sucesso do processo educacional é um somatório do envolvimento dos pais e/ou responsáveis no ambiente escolar, acompanhando e participando da vida escolar dos/as filhos/as e da escola que através dos/as professores/as podem ampliar o diálogo e as relações de interação acerca do desenvolvimento dos educandos/as, dando um retorno aos pais e/ou responsáveis, tanto dos conteúdos trabalhados, quanto do processo de disciplina na produção do conhecimento e nível de aprendizagem, a partir da execução do conteúdo programático proposto no currículo.

Ainda podemos reiterar que a participação da família no meio escolar se dá através de estratégias desenvolvidas pela equipe escolar, que sente falta – ou que entende ser necessária – ter parceria dos pais e/ou responsáveis no processo de ensino e aprendizagem.

Tendo em vista que a escola e a família são instituições diferentes, mas que comungam dos mesmos objetivos, e para alcançar êxito nesses objetivos, faz-se, portanto, necessário que a escola e a família dividam as responsabilidades, promovam as estratégias de articulação do processo pedagógico e trabalhem juntas.

Assim, destaca-se que é necessário que família e escola tenham uma parceria (deliberada, intencional, planejada, etc.), e trabalhem com corresponsabilidade e cooperação e construam as reflexões e os espaços para ambas dialogar, e juntas repensar a funções e encontrar meios para colaboração uma com a outra. Fica claro, portanto, que a família e escola precisam construir uma relação recíproca, constante e de confiança, para juntas superar os desafios.

Com base nos dados expostos vemos que a colaboração da família no processo de ensino e aprendizagem traz grandes resultados positivos. Pois, sabemos, que quando a criança e/ou adolescente é acompanhada pelos pais e/ou responsáveis no processo de desenvolvimento, ensino e aprendizagem, ela se sente valorizada, e esse sentimento estimula a criança e/ou adolescente a se esforçar para obter um melhor resultado escolar.

8. REFERÊNCIAS.

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BOOTH, C. L., RUBIN, K. H., & ROSE-KRASNOR, L. **Perceptions of emotional support from mothers and friends in middle childhood:** Links with social-emotional adaptation and preschool attachment security. Child Development, 69, 427-442, (1998).

BRASIL – **Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências.** (Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL 03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

BRASIL – **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

BRASIL – **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** (Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DESSEN, M. A. & POLONIA, A. C. Família e Escola Família e Escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil. 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** 11^a ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** Trad. Stephania Matousek. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

EISENBERG, N., FABES, F. A., SHEPARD, S. A., GUTHRIE, I. K., MURPHY, B. C., & REISER, M. **Parental reactions to children's negative emotions:** Longitudinal relations to quality of children's social functioning. Child Development. 1999.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESTEVE. J. M. Mudanças sociais e funções docente *In*: NÓVOA, A. **Profissão professor.** 2. ed. Portugal: Porto Editora. 1995.

FITZPATRICK, K. M., & YOLES, W. C. **Policy, school structure, and sociodemographic effects on statewide high school dropout rates.** Sociology of Education, 1992.

FREIRE, Paulo. **Escola primaria para o Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. São Paulo. 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A marca estrutural da sociedade brasileira e a reiteração dos impasses na educação básica. *In.* ANDRADE, Juarez de; PAIVA-GUTIERREZ, Lauriana; OLIVEIRA, Lorene F. (org.). **O Estado Brasileiro e a Educação Básica: os difíceis caminhos da universalização.** Rio de Janeiro: Editora AMCGuedes, 2015.

IMBÉRNON, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 3 ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época, v 77). 2001.

KELLER-LAINE, K. Parents as partners in schooling: The current state of affairs. Childhood Education. 1998.

LAZZARI, Márcia Cristina. **Proteção social, vulnerabilidade e família**. Verve, São Paulo, 2014.

LIBÂNEO, J.C. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática.** Ed. alternativa. Goiânia, 2001.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?:** novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNO Oliveira, J.F, TOSCHI, M.S. **Educação escolar:** políticas públicas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MAKARENKO, Anton Simionovitch, **Conferências sobre educação infantil.** São Paulo: Editora Moraes, 1981.

MARQUES, R. **O** envolvimento das famílias no processo educativo: resultados de um estudo em cinco países. 2002. Disponível em http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm

MARQUES, R. **Professores, família e projeto educativo**. Porto, PT: Asa Editores. 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MIRANDA, Elis. A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto afetividade. In: 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós-Graduação. FAFIUV, 2008. **Anais eletrônicos.** Disponível em: http://www.ieps.org.br/ARTIGOSPEDAGOGIA.pdf.

MOLINA, Mônica, Castagna e SÁ, Laís Mourão. Educação do Campo. *In.* CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012, Pág. 326-333.

MOREIRA, Lisandra Espíndula., e TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Paternidade, família e cri- minalidade:** uma arqueologia entre o Direito e a Psicologia. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e Escola na contemporaneidade:** os meandros de uma relação. Educação e Realidade, jul. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v31n02/v31n02a10.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **Ensino Médio.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.

PEREIRA, M. A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga, 2008.

PERRENOUD. P. **Novas, competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, S.G., GONGALVEZ, C.L. Revendo o ensino de 2° grau propondo a formação de professores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

QUEIROZ, T. D. Dicionário Pratico de Pedagogia São Paulo: Rideel, 2003.

ROCHA, Hilda Maria Pereira. **O envolvimento parental e a relação escola família.** Recuperado em 2011, maio 19. Disponível em: http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/2007001173

ROSSI, Wagner G. Apresentação. *In.* MAKARENKO, A. S. **Conferências sobre educação infantil**. São Paulo: Moraes, 1981.

SANTOS, Roseane; SILVA, Andréa. **Relação professor aluno:** uma reflexão dos problemas educacionais. Trabalho de conclusão de curso. UNAMA. 2002.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a Natureza e a Especificidade da Educação.** 2003. Disponível em http://ead.bauru.sp.gov.br/.../Sobre-a-natureza-e-especificid...

SAVIANI. D. História da Escola Pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOBARDI, J.C., SAVIANI, D., NASCIMENTO, M.I.M,. **A escola pública no Brasil: historias e historiografia**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Trad. João Batista Kreuch, Petrópolis: Vozes, 2005.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis. Vozes, 2002.

TASSONI, E. C. M. **Afetividade e aprendizagem:** A relação professor-aluno. In: Psicologia, análise e crítica da prática educacional. Campinas: ANPED, 2000.

VOLLING, B. L., & ELINS, J. Family relationships and children's emotional adjustment as correlates of maternal and paternal differential treatment: A replication with toddler and preschool siblings. Child Development. 1998.

WEISS, M. L. L. **Psicopedagogia clínica:** uma visão diagnóstica. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 1994.